

Leia neste número:

O Brasil tem pressa	01
E a vaca tossiu contra os trabalhadores	02
Trabalhadores temem retrocesso	02
"Precisa haver mais discussão..."	03
Em defesa dos Pescadores Artesanais	03
UGT participa do Secretariado de Alckmín	04
Valorização do mínimo dinamiza a economia	04
Educação superior garante emprego formal	04

O Brasil tem pressa

Ricardo Patah - presidente nacional da União Geral dos Trabalhadores

Entre brindes e festas, os brasileiros aguardaram ansiosos a chegada de 2015. Enormes desafios precisam ser vencidos neste ano. Especialmente na redução das desigualdades de renda, gênero, raça, trabalho, propriedade, entre outras. Não podemos nos esquecer também das desigualdades regionais, para garantir um padrão de vida de qualidade nacional a todos os brasileiros, independentemente de onde residam ou trabalhem.



O Brasil precisa voltar a crescer rapidamente.

Com o PIB próximo do zero, o emprego e a renda podem diminuir se não houver crescimento e as políticas de inclusão social correm sérios riscos, pois o Estado não consegue arrecadar impostos para mantê-las.

O que nós, trabalhadores, queremos para este ano de 2015 é progresso, e não recessão, como já se lê e se ouve por aí.

O Brasil tem pressa por uma rápida eliminação do déficit social nas áreas de habitação, saneamento, saúde e educação. Nesse aspecto, nosso país precisa, com urgência, universalizar a educação de qualidade, desde a infância, para o desenvolvimento pleno da cidadania. O Brasil tem pressa para que se faça uma reforma tributária porque o peso dos impostos no nosso país recai sobre o consumo, e não sobre a renda, prejudicando os trabalhadores e os menos favorecidos.

O Brasil tem pressa para que se faça uma reforma política e eleitoral que amplie a democracia, garanta maior participação popular, fortaleça os partidos e as instituições. Essa reforma deve ser voltada para a valorização do diálogo, favorecendo toda ação pública focada no serviço coletivo e no bem comum.

O Brasil tem pressa para que se acabe com a especulação financeira e sejam valorizados os investimentos produtivos, especialmente em novas tecnologias e inovação, pois esse é o único caminho para conseguirmos uma economia sustentável e socialmente justa.

O Brasil tem pressa em promover o trabalho decente e o combate à escravidão e a todas as formas de precarização do trabalho.

Queremos também que os direitos trabalhistas sejam mantidos, e não retirados, como pregam algumas políticas neoliberais muito em voga atualmente. Deve-se ressaltar que a presidente Dilma Rousseff sempre nos garantiu que isso jamais acontecerá – a retirada de direitos dos trabalhadores.

O Brasil tem pressa em fazer uma reforma no mercado do trabalho, para acabar –ou pelo menos diminuir– com a grande rotatividade de profissionais em quase todos os setores econômicos, gerando insegurança para o trabalhador. Amplos setores da economia tiveram suas folhas de pagamento desoneradas pelo governo federal, como incentivo ao desenvolvimento. Tomo a liberdade de sugerir que a contrapartida seja uma maior estabilidade no emprego.

O Brasil tem pressa, por fim, para que haja mais transparência na gestão pública, que seja combatida toda forma de corrupção e que os envolvidos em escândalos sejam punidos como mandam as leis.



**O Brasil tem
Pressa foi
publicado
originalmente na
Folha de S.Paulo**

Nota da UGT:

E a vaca tossiu contra os trabalhadores

A **União Geral dos Trabalhadores (UGT)** expressa seu receio de que o impacto das medidas anunciadas pelo governo traga grandes prejuízos aos trabalhadores, com o intuito de frear as despesas com benefícios trabalhistas, justamente quando é esperada a alta do desemprego, em razão da debilidade econômica do País.

O início do ano é o pior momento para a adoção dessas medidas. Nesse período em que é maior a vulnerabilidade do trabalhador do comércio e dos serviços, atividades que ainda estavam dinâmicas e gerando empregos, as consequências podem ser danosas.

O aumento do tempo de contribuição para obter o seguro-desemprego e a limitação do auxílio a pescadores, cujos a maioria dos sindicatos integram a central, certamente trará enormes prejuízos aos trabalhadores.

A preocupação cresce na medida em que o corte do benefício é anunciado em quadro de inflação alta, desemprego ameaçador e quando o trabalhador mais precisa.



Durante a campanha eleitoral a presidenta Dilma Rousseff afirmou que, caso reeleita, não faria mudanças na legislação em prejuízo aos trabalhadores "nem que a vaca tussa". Com a Medida Provisória anunciada ao apagar das luzes de 2014, parece que a vaca tossiu. Cabe, agora, aos trabalhadores, buscarem o xarope adequado para curar a tosse da vaca. E o mais adequado, nesse momento, será fazer pressão no Congresso para colocar em votação e derrubar o veto presidencial pelo Fim do fator Previdenciário. É em torno dessa e de outras medidas que os trabalhadores estarão unidos em defesa dos seus direitos.

União Geral dos Trabalhadores

Trabalhadores temem retrocesso

Com a menor bancada sindical no Congresso Nacional desde 1988, quando 44 sindicalistas compunham a representação no Legislativo, segundo levantamento do Sindicato de Servidores Públicos Federais (Sindsep), trabalhadores temem o retrocesso de direitos adquiridos ao longo dos últimos anos.

O número de representantes da categoria no Legislativo caiu pela metade, de acordo com os resultados das urnas em outubro, e passará dos atuais 83 parlamentares para 46 a partir deste ano. Por outro lado, a bancada empresarial que defende interesses de diversos setores manteve composição significativa na Câmara e no Senado, apesar de perder mais de 50 representantes na próxima legislatura. Os empresários passarão dos atuais 246 parlamentares para 190 no dia 1º de fevereiro.

Todos os números no Congresso podem mudar com as definições do Planalto sobre os cargos no Executivo, mas, ainda que nomes sejam cotados, o equilíbrio de forças dificilmente será alcançado. Do lado dos sindicalistas estão outros setores considerados vulneráveis como os movimentos indígenas e a comunidade LGBT (lésbicas, gays, bissexuais e travestis).

Diante dos resultados das urnas, especialistas do **Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (Diap)** concluíram que a nova composição do Congresso é a mais conservadora desde 1964, pelo número de parlamentares eleitos ligados a segmentos militares, policiais, religiosos e ruralistas. O analista político do Diap, Antônio Augusto de Queiroz, prevê que com essa composição, a tendência é que "algumas conquistas, como a garantia dos direitos humanos, sejam interrompidas ou até regridam".

Levantamento do **Diap** mostrou, por exemplo, que, enquanto nenhum dos candidatos que se autodeclarou indígena foi eleito para a Câmara dos Deputados, a bancada ruralista cresceu. Números da Frente Parlamentar da Agropecuária revelam que os representantes do setor passarão dos atuais 14 senadores e 191 deputados para 16 senadores e 257 deputados.

O novo cenário pode significar a retomada de matérias que ferem os direitos dos trabalhadores e o adiamento da votação de proposições em defesa dos trabalhadores, indígenas, comunidade LGBT. (Agência Brasil)



Leia: Poder Legislativo: como é organizado, o que faz e como funciona

"Precisa haver mais discussão..."

Entrevista de Canindé Pegado ao O Jornal de Hoje, de Natal

Secretário geral da **UGT – União Geral dos Trabalhadores**, uma das mais importantes do País com 1.300 sindicatos, 52 federações e mais de 5 milhões de trabalhadores o norte-rio-grandense Francisco Canindé Pegado do Nascimento concedeu entrevista exclusiva a **O Jornal de Hoje**, após participar da posse da presidente Dilma Rousseff.

Canindé Pegado falou sobre as últimas medidas adotadas pela presidente Dilma Rousseff, que segundo ele, algumas prejudiciais aos trabalhadores brasileiros, além de questões da política local. Sobre medidas da presidente da República ele afirmou: "trarão dificuldades, principalmente para quem está buscando o primeiro emprego", disse o sindicalista, exemplificando o caso do seguro desemprego onde o trabalhador terá que ter 18 meses de carteira assinada para solicitar o benefício.

O Jornal de Hoje – Como está o movimento sindical no Brasil?

Com uma atuação muito boa. Tem feito atividades que correspondem aos interesses dos trabalhadores. No plano nacional tem realizado movimentos para aprovar a agenda da classe trabalhadora. (...)

JH – E a atuação da UGT, da qual o senhor é secretário geral?

CP – Tem sua agenda específica que leva sistematicamente ao governo e ao Congresso Nacional. Essa agenda tem sido atendida em vários momentos. São reivindicações objetivas das categorias filiadas a União Geral dos Trabalhadores. Com isso participamos de todos os Conselhos da Nação onde temos a possibilidade de apresentar nossas reivindicações aprovadas em congresso e planárias da UGT. (...)

JH – E as medidas que Dilma Rousseff anunciou após vencer as eleições?

CP – Não gostamos da forma como foram anunciadas. Precisa haver mais discussão com os principais interlocutores que são as centrais e os empresários. São medidas que trarão dificuldades, principalmente para quem está em busca do primeiro emprego como é o caso do seguro desemprego onde o trabalhador terá que ter 18 meses de carteira assinada ininterrupta para solicitar o benefício. Essa é uma medida antipática. (...)

JH – Quais os avanços e retrocessos do ciclo petista no governo?

CP – O avanço importante para os trabalhadores foi a valorização do salário-mínimo. O seguro-desemprego é pago tendo como base o salário-mínimo. Isso tirou do Congresso o debate inútil sobre o aumento do salário-mínimo onde governo e oposição, cada um puxava para seu lado. Era uma verdadeira politicagem. O retrocesso do governo foi não ter combatido a corrupção de forma sistemática.



Em defesa dos Pescadores Artesanais

Entre as medidas anunciadas pela presidenta Dilma Rousseff dois dias antes da posse de seu segundo mandato, destaca-se a proposta que atinge os direitos dos pescadores artesanais. Os pescadores artesanais têm uma forte representação na UGT, especialmente os pescadores artesanais do Maranhão, de São Paulo, Ceará, Santa Catarina, Paraíba, Sergipe, Pernambuco e Rio Grande do Norte.

Um pescador, deverá, se aprovada a proposta, trabalhar três anos sem qualquer tipo de amparo e benefício, antes de requerer o auxílio-defeso, benefício pago pelo governo no período em que a pesca é proibida devido à reprodução dos peixes.

Desde 1991, o o Ministério do Trabalho, estendeu o benefício Seguro-Desemprego aos pescadores denominados de artesanais, que exercem suas atividades de forma individual ou familiar, ou mesmo organizado em colônias de pescadores.

O auxílio - defeso não é simplesmente uma medida assistencial, é uma medida de profundo alcance ambiental, proporcionando condições para uma atividade pesqueira autosustentável.

A **União Geral dos Trabalhadores - UGT** e os sindicatos/colônias de pescadores que ela representa em todo o Brasil, vão lutar para que o Congresso que tomará posse em fevereiro próximo, rejeite a medida provisória se ela for apresentada.



OJORNALDEHOJE

Leia a íntegra da entrevista



Leia sobre o 1º Encontro de Pescadores Artesanais da UGT em 2011

UGT participa do Secretariado de Alckmin

O governador de São Paulo, Geraldo Alckmin (PSDB), e o vice-governador eleito, Márcio França (PSB), tomaram posse na manhã desta quinta-feira (1º). Será o quarto mandato de Alckmin à frente do estado.

Na ocasião o governador deu posse aos novos integrantes de seu secretariado. Os vice-presidentes da **União Geral dos Trabalhadores** deputado federal **Roberto de Lucena** e o deputado federal **João Dado**. Lucena tomou posse na Secretária de Turismo e Dado na Secretária de Emprego e Relações do Trabalho.



Alckmin, acompanhado do vice-governador eleito Márcio França, assumiu o compromisso de enfrentar os problemas com trabalho, união e solidariedade. "Prometo dedicação, inovação e entusiasmo. Trabalho, trabalho e trabalho. Acredito na força transformadora dos brasileiros que moram em nosso estado", disse. "São Paulo é a soma e a síntese de todas as origens, de todos os credos, sonhos e anseios do país", emendou.

Valorização do mínimo dinamiza a economia

Dieese: 'Valorização do salário mínimo cria efeito dinâmico na sociedade'

O coordenador de atendimento técnico sindical do Dieese, Airtton Santos, comentou nesta em entrevista à Rádio Brasil Atual que a política de valorização do salário mínimo não é importante apenas para os trabalhadores e aposentados que o recebem, mas para os demais salários também.



Segundo o coordenador, o reajuste de 8,8%, em vigor desde 1º de janeiro, que elevou o valor do salário mínimo para R\$ 788, representa uma "razoável" massa de recursos injetada na economia e cria um efeito "dinâmico" na sociedade. "Um efeito multiplicador, porque esses recursos vão para as pessoas de renda baixa e voltam diretamente para a economia, como consumo".

Sobre o aventado risco de revisão das regras de reajuste do mínimo, o coordenador do Dieese diz que qualquer mudança teria de ser discutida no Congresso. "Mas acho que o Congresso não é suficiente para discutir isso. O movimento sindical precisa estar atento e, se necessário, pôr o bloco na rua, porque a gente sabe que tem resistência."

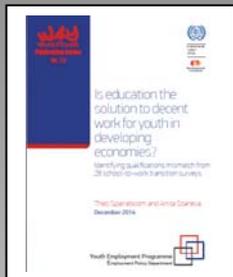
Educação superior garante emprego formal

Educação superior é garantia de emprego formal, indica estudo da OIT

A educação superior é um pré-requisito para que milhões de jovens de países em desenvolvimento encontrem um trabalho decente, aponta um estudo da Organização Internacional do Trabalho (OIT) divulgado hoje (16). O relatório, feito com base em dados coletados em 28 países em 2012 e 2013, comprova que a educação superior "serve como uma garantia bastante confiável" de emprego formal.

De acordo com o levantamento, oito em cada dez jovens (83%) com qualificação acima do ensino médio (que cursaram uma universidade ou outro tipo de curso técnico profissionalizante) estão em empregos não vulneráveis. Enquanto isso, a conclusão do Ensino Médio, apenas, não é garantia suficiente para encontrar melhores condições no mercado de trabalho.

Um destaque positivo para o Brasil é que a proporção de jovens, na faixa etária pesquisada, com menos que a educação primária é quase nula, a menor entre as nações que participaram do levantamento. Entretanto, apenas 6% dos brasileiros entre 15 e 29 anos têm educação superior. Neste quesito, o Brasil ocupa a 17ª posição na lista de 28 países, junto com a Uganda e atrás da Colômbia e do Peru.



Is education the
solution to
decent
work for youth?

O UGT Global é o Boletim de Informação Internacional da União Geral dos Trabalhadores.

A UGT é uma organização sindical constituída para defender os trabalhadores brasileiros através de um movimento sindical amplo, cidadão, ético, solidário, independente, democrático e inovador.

Diretor de Comunicação: Marcos Afonso de Oliveira – MTb 62.224/SP

Jornalista Responsável: Mauro Ramos